

**O LITÍGIO ENTRE MARX E A ESCOLA DE FRANKFURT:
INTRODUÇÃO ÀS QUESTÕES ELEMENTARES
THE LESSON BETWEEN MARX AND THE SCHOOL OF FRANKFURT:
INTRODUCTION TO THE ELEMENTARY QUESTIONS**

Wiama de Jesus Freitas Lopes¹

Emanuela Alves da Silva²

RESUMO:

O objetivo desse trabalho é discorrer acerca de algumas diferenças epistemológicas estruturais entre a linha crítica da Escola de Frankfurt e a crítica filosófica de Marx em considerações de caráter introdutório e como tais diferenças de análises filosóficas entre marxistas e frankfurtianos inauguraram diferentes matrizes de pensamento nos processos de apreensão e conceituação da modernidade e de seus enquadramentos. Como base dos procedimentos metodológicos foi adotado um estudo bibliográfico. Os estudos nesse trabalho foram envidados por meio da abordagem dissertativa-argumentativa do materialismo histórico-dialético. O recorte ao materialismo histórico-dialético aqui foi estabelecido a partir de seus fundamentos como teoria social de análise da realidade pela qual a dinâmica de estudos, interpretação nas investigações não separa o sujeito que reflete filosoficamente do objeto social de análise. Isto em um determinado situacionamento histórico e em um processo de mobilização crítica de si e para com um coletivo; sob o propósito de desvelar contextualidades políticas que determinam consciências. Os estudos foram referencializados fundamentalmente em Marx (2002; 1998; 1983) e em Adorno (1995). Como principais resultados essa produção levanta que o fim de “metanarrativas” em função de que políticas formativas de afirmação de diferenças e de diversidades/identidades — por transcenderem as relações intersubjetivas em função de suas complexidades — não são suficientemente capazes de aportarem uma nova era no tempo histórico das necessárias transformações estruturais ou de estruturas de transformações de realidades sociais por não considerarem — pela totalidade — a realidade material e concreta na qual estamos todos envolvidos/inseridos.

Palavras-Chave: Marx. Escola de Frankfurt. Conceitos contrastantes.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss some structural epistemological differences between the critical line of the Frankfurt School and Marx's philosophical critique in introductory considerations and how such differences of philosophical analysis between Marxists and Frankfurters inaugurated different matrices of thought in the processes of apprehension and conceptualization of modernity and its frameworks. A bibliographic study was used as a basis for the methodological procedures. Another guiding contribution of the studies in this work was made through historical-dialectical materialism. The clipping to historical-dialectical materialism here was established from its foundations as social theory of analysis of reality by which the dynamics of studies, interpretation in investigations do not separate the subject that

¹ Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras. Docente do Curso de Pedagogia, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Mestre (pela UFPA) e Doutor em Educação (UFSCar). E-mail: uiamma@gmail.com

² Pedagoga pela UFRN e Psicóloga pela Faculdade Santa Maria de Cajazeiras PB. Pedagoga da Rede Municipal de Ensino de São Vicente RN e Mestranda em Educação pela UFRN. E-mail: manu_28rn@hotmail.com

philosophically reflects the social object of analysis. This in a certain historical situation and in a process of critical mobilization of oneself and towards a collective; under the purpose of revealing political contextualities that determine consciences. The studies were fundamentally referenced in Marx (2002, 1998, 1983) and in Adorno (1995). As the main results, this production raises the point that "metanarratives" are no longer capable of bringing about structural transformations or structures, because of the fact that formative policies of affirmation of differences and of diversity / identities - transcending inter-subjective relations in function of their complexities of transformations of social realities for not considering - for the totality - the material and concrete reality in which we are all involved/inserted.

Keywords: Marx. School of Frankfurt. Contrasting concepts.

INTRODUÇÃO

A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt — da primeira geração — surgiu em 1924, no Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt, na Alemanha. A conhecida primeira geração de intelectuais frankfurtianos de esquerda que integraram e compuseram a Teoria Crítica foram: Walter Benjamin (1892 -1940), Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973) e Herbert Marcuse (1898-1979). No geral, a abordagem crítica da Escola de Frankfurt nasceu marxista. Mas contrária ao fato de que as ideias de Marx conseguiam explicar na década de 1920 o complexo movimento político-cultural que as relações sociais de produção da vida tinham se constituído.

Um dos princípios referenciais dessa abordagem defende o fim das metanarrativas e referencializam as culturas e as subjetividades como alternativas para superação da estrutura teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético. O que tem sido pautado por algumas perspectivas de enquadramento filosófico para o tangenciamento da função social do filósofo ou, no mínimo, tem embotado, restringido ou confrontado os ideários de consciência de classe preconizado pelos estudos marxistas. Assim, de modo circunscrito, essa produção caminha na direção de articular a compreensão os elementos estruturais da Escola de Frankfurt no tangenciamento da função social do filósofo no tocante à atuação consciente mediante uma determinada postura, conduta e lugar no mundo a partir do conceito de classe social. E, por conseguinte, o que esse movimento frankfurtiano de estruturação de uma matriz de pensamento filosófico resultou para a mediação por uma qualificada consciência de sujeitos sociais em relação ao efetivo exercício de se protagonizar a própria história.

Para o desenvolvimento desse estudo optou-se pela abordagem bibliográfica. Feito, conforme Fonseca (2002, p. 32), “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Pois, qualquer trabalho científico, continua o autor, inicia-se com uma pesquisa

bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002). Essa produção ateu-se às pesquisas de referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher conhecimentos que circunstanciam em Karl Marx o objeto desse estudo.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico dessa produção se deu por estudos bibliográficos que centrou em sua linha de categorização as produções de Marx (2002; 1998; 1983) e de Adorno (1995). Optou-se nesse estudo por uma análise materialista histórico-dialética, considerando o sentido histórico-dialético como o de análise por situacionamento histórico das relações de tensões e contradições em que estão postas as necessidades de mudanças no movimento intencional da ação humana. Para o materialista as respostas para as análises dos estudos das relações sociais estão contidas nos mesmos fenômenos que são as relações sociais em movimento, dada as intencionalidades dos grupos hegemônicos que as (re)produzem.

2 DE ONDE VIEMOS, ANTES DO FRANKFURTIANOS?

No princípio da história do pensamento, pela perspectiva filosófica *physis*, na antiguidade grega, os conhecimentos elaborados e estruturados eram também instigantes! Os primeiros sábios ou investigadores, filósofos, inauguravam um manancial que estruturaria o percurso evolutivo da raça e condição humana a partir do ato de se racionalizar. Em especial em uma dinâmica da ação na interação homem-natureza. A apreensão da natureza como dimensão de fomento e de espaço para a vida foi mais possível com a postura contemplativa, especulativa e raciocinativa. Foi desse patamar de produção ideária que viemos. Que já viemos!

Desde a antiguidade clássica na Grécia, filósofos têm se achado atraídos pela permanência e imersão no isolamento do ato puro da atividade reflexiva. Uma infinita e encantadora dimensão da pura razão em movimento teórico-conceitual tem marcado a configuração da Filosofia enquanto ciência e enquanto Filosofia em si, para além e para além da Ciência em Filosofia. Marx foi o primeiro filósofo a defender, a partir da décima primeira tese a Feuerbach: "*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo*". No tocante a essa compreensão é que esse trabalho tem como objetivo discorrer acerca de algumas diferenças epistemológicas estruturais entre a linha crítica da Escola de Frankfurt à Marx a partir do que preconiza a matriz de pensamento filosófico da primeira geração dos frankfurtianos. Esse estudo se faz necessário pelo fato de que, Marx, ao longo de sua obra, trata a questão da consciência de classe e da centralidade do trabalho como

fundamentos para a apreensão no plano da materialidade, tendo em vista processos de transformação social sob a ótica das condições materiais de vida para o trabalhador. Assim sendo, quanto mais aprofundado se estiver na vivência dos domínios epistêmicos da Escola de Frankfurt, mais distante se estará das mais autênticas bases filosóficas materiais de constituição enquanto sujeitos sociais, a partir da consciência de classe, em um projeto de investidura do poder.

3 O CERNE DA CONCEPÇÃO DOS ESTUDOS DA ESCOLA DE FRANKFURT

Desde a década de 1920, sobretudo, no final do primeiro quarto do séc. XX, a centralidade da categoria trabalho, bem como a de luta de classes dos estudos de Marx, sofrem uma tentativa estrutural de serem postas em xeque. Inicia-se um confronto de não-aceitação à metanarrativas e em oposição às categorias marxistas tais como as de: alienação, classe social, relações sociais de produção, libertação e recusa pelos estudos relativos a capitalismo e poder. Surgem de modo mais sistemático, a partir da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, contestações que apontam para outras categorias analíticas que tiram do centro da questão política a necessidade de transformação social. Sobretudo como fins político-filosóficos da base de atuação dos sujeitos. Novas categorias de análises — como as de cultura, subjetividades e identidades, por exemplo —, surgiam preponderantemente circunstanciadas no campo das ideias e sem elementos de aglutinação de classe social. Mesmo porque, na Teoria Crítica Frankfuriana, não se deve compreender que diferentes sujeitos possam constituir uma única e determinada classe.

Para a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt os marxistas estavam cristalizados na replicação de ideias e de conceitos-chave da Teoria Social de Marx que não acompanhavam algumas singularidades da vida em meio aos processos de constituição de sujeitos, imersos na agudização do modo de vida de sociedades de consumo. A filosofia existencialista e a psicanálise foram duas das principais fontes de referencialização dos frankfurtianos para o que eles acreditavam ser a superação de Marx.

De modo geral os princípios da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt foram constituídos pelos seguintes pressupostos: **a)** Não se pode haver uma razão moralizante que fundamente uma mesma e única causa a ser envidada de modo político-social por todo o mundo e a um relativo mesmo tempo (isso se deve em função das profundas marcas de diferença, subjetividade e compreensões de igualdade preconizadas por diferentes culturas, de diferentes tempos, contextos e sujeitos mundo afora!); **b)** Há relações intersubjetivas que estabelecem diferentes sentidos e razões entre pessoas e grupos, nas mais diversas combinações entre tais

entes, que são complexas e exigem elaborações e políticas de afirmações fora de qualquer contingente onde a expressão da coletividade lhes sejam maior; **c)** A sociedade está endogenamente marcada por paradoxos, antagonismos e antinomias fundamentais que não podem ser silenciadas ou reduzidas a um segundo plano em face de uma luta de caráter homogeneizador (ainda que em qualquer medida!); **d)** A justiça social nunca poderá ser transcendente aos grupos de minorias sociais e nem aos sujeitos em suas mais diferentes singularidades e subjetividades instituídas em seus contextos culturais; **e)** A emancipação social não é apenas política ou econômica, ela é estruturalmente cultural.

Diante dessas considerações deve-se destacar que a Escola de Frankfurt é uma teoria social interdisciplinar “neomarxista” (ou, a rigor, não marxista!). Inicialmente os teóricos de Frankfurt começaram por considerar que o pensamento de Marx não mais atendia, de todo, as nuances culturais inerentes à construção da realidade social e que as concepções de **contradição** e de **dialética** (da base hegeliana de Marx) poderiam trazer novo fôlego dissociadas da racionalidade materialista e que — de modo mais focal —, fosse considerada necessariamente a intersubjetividade (linguística, inclusive). Além de considerar em novas configurações de estudos ou um reenquadramento tanto a **contradição** quanto a **dialética**. Especialmente em suas possibilidades de estruturar a comunicação, as diferenças e às questões de emancipação social. Isso, a partir e por dentro do modo de produção capitalista. Estava assim configurado o princípio das matrizes de pensamento pós-estruturalista ou pós-crítico.

Os frankfurtianos foram estabelecendo diligências à matriz do pensamento marxista de centralidade nas categorias de análise de trabalho, ideologia³, e poder, alienação e luta de classes. Sob o entendimento que as minorias sociais — em suas múltiplas frentes e causas — não cabiam sob “as mesmas bandeiras” de articulação político-cultural. Assim, a Escola de Frankfurt, sugeriu e entendeu empreender um profundo movimento de revisão à Teoria Social de Karl Marx. Neste movimento, não mais o conceito de situacionamento da história e a tomada da consciência de classe foram as referências conceituais basilares, mas agora a cultura, a indústria cultural, a sociedade de consumo, a massificação do conhecimento, a arte, literatura, a diferença, a igualdade, a alteridade, a religiosidade e a (des)territorialidade — por exemplo — foram questões lidas a partir da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt não mais sob a acepção

³ Segundo Bottomore (2011, p. 270), conforme entendeu Marx, **ideologia** tem dois significados distintos: [1] uma concepção do mundo que implica numa determinada perspectiva de vida ligada aos interesses das classes sociais, uma escala de valores, junto com normas de conduta prática. Ou, [2] falsa consciência, obstáculo para o conhecimento da verdade, erro sistemático, inversão da realidade, por compromissos com o poder estabelecido. O marxismo é uma concepção ideológica de mundo vinculada aos interesses dos trabalhadores (significado [1]), que questiona toda falsa consciência ideológica da burguesia (significado [2]).

estrutural marxista. Para os frankfurtianos, a racionalidade para com o entendimento de construções da realidade social devia despontar com uma perspectiva de ciência referencializada por uma razão mais aplicada.

Os intelectuais da Escola de Frankfurt conduziram suas obras a uma esfera crítica e reflexiva quanto ao marxismo, abordando principalmente: **a)** O desligamento da luta de classe e da ação revolucionária; **b)** A genuína liberdade individual viria com a noção de moralidade, religião, família, conceitos variados como estética, estética da sensibilidade, etc.; não por intermédio de questões ligadas à classe. No entanto, grupos sociais distintos em ações reivindicatórias singulares e emergentes; **c)** entendiam que o marxismo puro era pouco intelectualizado e propunham uma revisão a partir da discussão acerca de conhecimento científico compatível com a atualização dos processos de constituição de sujeitos culturais.

A Escola de Frankfurt, como dissidente da matriz de pensamento de Marx, inaugurou todo um estilo moderno de busca da compreensão da realidade social que fomentou, a partir de 1989, uma discussão teórico-metodológica que traz outras categorias ao centro da questão de entendimento do mundo, de homem e de suas imbricadas relações entre si. Tais novas categorias são: Culturas, Identidade, Alteridade e Diferença, Subjetividade, Significação e Discursos, Saber-Poder, Representações sociais, Religiosidade, Gênero, Raça, Etnicidade, Sexualidade e Multiculturalismo. O discurso de estudos dessas novas categorias alija a centralidade da categoria trabalho, de história e de transformação social que estavam no cerne das defesas marxistas para a compreensão da vida. Tais sentidos buscam aprofundar normativamente, no geral, de modo necessariamente inconclusivo, o entendimento das questões de base daquilo que elas levantam para o desvelamento. O que, de modo cabal, retroage à necessidade de atuação social dos filósofos ao plano especulativo-raciocinativo de questões para apreensão.

Junto com a caracterização teórico-metodológica dos estudos ocasionados pelas categorias acima mencionadas — e definido como estudos pós-críticos ou pós-estruturalistas — surgiu um pseudo rompimento com a era da modernidade. O que foi definido por pós-modernidade. Nesse contexto é importante demarcar que filósofos marxistas são contrários ao entendimento de que estamos vivendo uma pós-modernidade. Isso se dá, no geral, pelo fato de não se poder avançar para uma outra era dos tempos históricos da condição humana sem resolver ou responder às questões em aberto trazidas pela modernidade e sob agudas configurações de fracasso em relação ao projeto de civilização que a própria base da

modernidade envidou, tais quais: igualdade, liberdade, tempo livre, condições de vida, erradicação de doenças, desbarbarização, rede de proteção social, dentre outros.

Discursivamente, a primeira abordagem filosófica, segundo Anderson (1999), relativa à expressão pós-modernidade, veio com a obra “*A Condição Pós-Moderna*”, de J. F. Lyotard, de 1979. Segundo Sanfelice (2009),

Lyotard considerou a chegada da pós-modernidade ligada ao surgimento de uma sociedade pós-industrial, na qual o conhecimento tornara-se a principal força econômica da produção, tratando a pós-modernidade como uma mudança geral na condição humana. Com a ‘*Condição Pós-moderna*’, Lyotard anunciou o eclipse de todas as narrativas grandiosas. Aquela cuja morte ele procurava garantir acima de tudo era, claro, a do socialismo clássico, mas também incluiu a redenção cristã, o progresso iluminista, o espírito hegeliano, a unidade romântica, o racismo nazista e o equilíbrio econômico. (SANFELICE, 2009, p.3)

O colapso ou as crises nas estruturas dos processos sociais de produção não necessariamente também chegaram de modo ameaçador às bases de metanarrativas que os desvelavam. O que é endógeno é a profunda contradição que o desenvolvimento do Capital possui em relação aos próprios fatores que o mantêm no curso de suas tentativas de crescimento. Pois a concentração de renda, a exploração econômica, a garantias de contratos para com o Estado e a dominação política são favorecem nenhuma dinâmica consolidada de desenvolvimento do que quer que seja. Muito menos de um modo social de produção. Portanto, como estarmos em uma nova era da condição humana com as mesmíssimas e agudizadas estruturas de comprometimento do projeto civilizatório anunciado pela modernidade?

Estamos sem dar conta de respostas ou de intervenções às profundas sequelas sociais da concentração de renda, da alienação e da (re)estruturação do trabalho (por exemplo), ocasionadas pela modernidade prol da satisfação imediata do Capital. Tais sequelas sociais, como o rentismo e suas consequências e o sistema político de financiamento com fundos privados, encontram-se sem superações na medida de suas demandas em função da pouca compreensão ou da recusa intencional de se entender o materialismo histórico como uma tese, por meio da qual, o modo de produção material deve condicionar o conjunto de estruturas de favorecimento à vida social, política e espiritual dos trabalhadores.

Os estudos e as políticas das diferenças e de subjetividades são importantes. Inexoravelmente! Contudo, figuram no sentido de supressão da discussão de uma das mais primárias causas de desigualdade social: a concentração de renda a partir do movimento de espoliação e expropriação das condições objetivas de vida. Poder-se-ia encontrar um lugar nessa expressão de luta para as causas da diferença no âmbito, inclusive, dos estudos culturais.

Todavia, a condição de se pensar às questões relativas à subjetividade veio de modo desarticulador em relação à centralidade das categorias marxistas de dialética, contradição, trabalho e relações sociais de produção da vida.

Tais categorias chegam aos estudos de Marx para análise feita por ele em relação aos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade irrompidos com a Revolução Francesa (1789-1799). Ponto na história pelo qual a humanidade se deparou com um projeto civilizatório que — em síntese edificava bases de evolução político-cultural e econômica — basicamente empreendidas pela ciência e pela democracia como fundamentos materiais de condições objetivas de vida para todos. A Europa, a partir da Inglaterra, vinha em um processo de reconfiguração dos processos produtivos de manufatura que em transição para um formato mecanizado promovia uma revolução também no campo da nascente era industrial. Esse período vai ter seu instante de eclosão por volta de 1840. É impossível separar tanto a modernidade quanto os ideais da Revolução Francesa e, sobretudo, os da Revolução Industrial dos interesses da satisfação do Capital e dos donos do poder.

Já naquela altura, o projeto civilizatório da igualdade, ainda que — e fundamentalmente — em sua acepção ao campo da lei, fracassa! Tem-se aqui algo de natureza primeira a ser resolvido dentro da Modernidade. Haja vista que a igualdade no seio do desenvolvimento das relações sociais de produção do Capital não pode ter lugar. Haja vista que o capitalismo está essencializado na exploração econômica, na dominação política (pelas vias da ideologização), pelas garantias de contratos com o Estado para legitimação das estruturas e relações de sacralização da propriedade privada. Quanto mais o capitalismo avançar em estrutura, tamanho e poder — por natureza de suas próprias relações de produção — menos a será possível a igualdade. Ainda que por sua expressão de equidade. Isso deve-se ao fato de que o Capital necessariamente estrutura-se pela mais-valia⁴ para e na concentração de renda.

O pensamento de Marx é imprescindível para compreender as tensões do sistema capitalista. Principalmente os defensores do Capital passam a apresentá-lo como o único e definitivo sistema da humanidade; a última estação da história humana em suas possibilidades

⁴ Para Marx, o capitalismo se baseia fundamentalmente na relação entre **trabalho assalariado** e **capital**, mais especificamente na produção do capital por meio da mercadorização da força de trabalho do trabalhador e na mercadorização do próprio trabalhador em si. Esse processo se dá pela **expropriação do valor do trabalho** do proletário pelos donos dos meios de produção. E é nesse contexto que se constitui a mais-valia a partir de uma relação que associa tempo – lucro – trabalho – exploração na base das relações de produções pelas quais o os donos dos meios de produção, a partir da apropriação do trabalho do proletariado, faz com que dinheiro transforma mercadorias em mais dinheiro às custas de agudos processos de espoliação e alienação do trabalhador. A esse fenômeno Marx deu o nome de **mais-valia** (MARX, 1974).

de processos sociais de produção. Do qual nada ou ninguém ou coisa alguma poderá dele escapar.

Dentro desta lógica, assiste-se nos dias hoje profundos ajustes econômicos em diferentes nações globo terrestre, inclusive entre plataformas ditas de esquerda, que não veem outra saída financeira para estabilidades de economias senão recorrendo à medidas estritamente dentro dos parâmetros do neoliberalismo⁵ (como se pode facilmente constatar na análise das recentes mudanças econômicas que, por exemplo, a América Latina atualmente passa).

A América Latina, por exemplo, segundo Galeano (1994), tem sido mantida por forças internacionais e locais como celeiro de exploração e espaços de subserviência ao grande capital que, por sua vez, tem estabelecido com a América Latina relações de espoliação para acessos irrestritos à reservas de petróleo, ferro, minérios em geral, café e frutas e carne.

A América Latina, ainda segundo o autor, tem sido laboratório de pacotes econômicos e de relações comerciais que desenvolveram mecanismos e lógicas que garantem a quem consome e beneficia produtos latino-americanos faturarem mais do que quem os produz. Mesmo que quem os produza permaneça com as sequelas dos processos de exploração de algumas dessas matérias-primas. Sendo que tais estruturas de exploração continuam a ser replicadas e/ou reproduzidas — embora com o histórico que possuam —, sob a apatia das forças dirigentes do continente que desmorona aceleradamente por suas matrizes de desenvolvimento não-sustentáveis.

Essas questões estruturais não precisam ser só compreendidas e refletidas aprofundadamente. Isso por si só é insuficiente. Os filósofos necessitam vir ao mundo real com suas elaborações racionais e, a partir delas, para um lugar que não seja somente o da definição ou conceituação dos fenômenos apreendidos. A condição de não corroborar com a miséria da filosofia depende do movimento de impositação do sujeito social com um dado contributo na construção da realidade social na qual está imergido. O sujeito não pode contentar-se com a cômoda reclusa ao plano da especulação racional no exercício meramente intelectual de apreensão de fenômenos dados. Sobretudo quando sua atuação profissional e/ou política se estrutura em uma dinâmica de classes, nas tensões e nas contradições que pauta a dinâmica das relações de classes.

⁵ O Neoliberalismo é um sistema de crenças e convicções aceitas sem discussões, que formam um corpo de sua doutrina ou corpo de ideias pelas quais a organização da economia deve ser empreendida por indivíduos a partir da livre iniciativa e não por qualquer tipo de organização do Estado e/ou de organizações coletivas. Deriva do Liberalismo Econômico, do séc. XVI, e defende a auto regulação da economia pela própria dinâmica do mercado e a meritocracia como irrestrita modalidade de justificação das condições sociais nas quais possam estar caracterizados os sujeitos (GENTILI, 1995).

É importante ressaltar que umas das categorias centrais dos estudos de Marx é a luta de classes. Luta pela qual trabalhadores oprimidos e patronato interagem na base das relações sociais de produção e, por conseguinte, nas relações de (re)produção cultural que, aos poucos, os constitui. Portanto, os trabalhadores necessitam libertarem-se dos processos de opressão pelos próprios concursos da desideologização, desalienação e emancipação por intermédio do materialismo histórico-dialético.

A concepção materialista de Karl Marx é uma espécie de síntese, elaborada a partir das influências dos pensadores alemães Hegel (1770-1831) e Feuerbach (1804-1802). É importante, antes de se explicitar a concepção materialista — que é estruturalmente marcada pelo situacionamento histórico — se faz necessário revisitar-se o pensamento de Marx sobre o materialismo histórico, sobretudo para se entender sobre quais pressupostos teóricos o pensador edifica sua teoria social.

Para Marx é na práxis⁶ que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não de um pensamento [ou seja, de uma qualquer filosofia ou reflexão autofágica sobre a verdade de qualquer concepção do mundo], que se isola da práxis, é uma questão puramente escolástica. (MARX, 2009, p. 5)

Na definição de materialismo histórico, pela compreensão de Marx, é necessário assegurar que Marx não deixou — e nem deveria deixar — uma procedimentalização padrão normatizada de como pesquisar ou se instaurar jurídico-normativamente e politicamente um modo social de produção ou uma dinâmica de ordenamento de macrogestão de novo e necessário modo de produção que deve ser proposto como contraponto do inumano capitalismo. Metodologicamente a natureza dos estudos de Marx, no tocante ao seu método, foi responder à questão: como e em que medida emerge, estrutura, se desenvolve e entra em crise a ordem burguesa de promoção do Capital? E o que deve ser entendido acerca de exploração econômica e dominação política na base da constituição de (re)produção do Capital?

O materialismo histórico-dialético é, por excelência, um método de análise dos processos de construção da realidade social. É uma teoria de orientação de estudos e pesquisas

⁶ Parte do verbete **Práxis** é apresentada por Bottomore (2011, p. 430) como, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, o “pensamento”) da “práxis”. [...] Para o conhecimento teórico, o objetivo é a verdade; para conhecimento da *poiesis*, a produção de alguma coisa, e, para o conhecimento prático, a própria ação [intencional e transformadora de dadas estruturas, sobretudo nos domínios econômico, ético e político].

que não dicotomiza ou distancia o sujeito do objeto da análise. E o faz a partir de um situacionamento histórico. Tem por base coletivos sociais imersos em suas estruturas de produção e em um dado contexto político, tendo em vista uma determinada intenção revolucionária.

É importante mencionar que na teoria de Marx a expressão “materialismo” é contrária à concepção de “idealismo”. Para o materialismo as chaves para as superações e reflexões das realidades sociais estão sempre gravadas na própria materialidades das realidades sociais em movimento. Especialmente em suas tensões, contradições e processos de consolidações ou de mudanças. Para Marx, portanto, as ideias e concepções que são elaboradas ou projetadas em relação ao mundo e suas dinâmicas que o constitui estão determinadas pela existência e não preponderantemente pelo pensamento por si. Está na existência material a essência e/ou fins para os quais caminham situacionadamente todas as coisas dialeticamente, entende Marx (1983).

Quanto à aceção de dialética, no tocante à distinção relativa à dialética entre Hegel, essa definição de dialética marxista fica mais clara nas próprias palavras de Marx, quando da afirmação:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento, – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia, – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (MARX, 1983, p. 16).

Hegel, para sua Dialética, revisita e se apropria da definição de “unidade dos contrários” exatamente como preconizada por Heráclito. É de Hegel a concepção de que a base de toda e qualquer racionalidade deve partir do pressuposto de que a contradição não pode ser entendida como fator paradoxal de contraprodução ou como vetor “ilógico” de constituição das coisas. Ela, por si, é o fundamento e motor do pensamento em relação às coisas em si e em seus fatores de existência. Pois, para Hegel, segundo Bottomore (2011), a história não é senão o pensamento que se realiza e tal pensamento não é mais estático, procede por contradições superadas, da tese (afirmação) à antítese (negação) e daí à síntese (conciliação). No plano do idealismo!

Marx, no tocante à dialética, traz os preceitos das tensões e contradições, no movimento histórico das relações sociais de produção da vida, para um realismo material relativo às condições objetivas de se viver e constituir-se enquanto sujeitos sociais. Haja vista que

na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações

necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, [...]. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral (MARX, 1983, p. 47).

No contraponto desse entendimento, a dialética de Hegel estava alinhada ao espírito da consciência enquanto faculdade de apreensão e de formação das bases do pensamento humano. Na base de uma realidade caracterizada pelo racional e no plano da razão. Estruturalmente. Para Marx, a dialética se dá essencialmente nas bases materiais dos processos e relações sociais de produção. E a história é movida por sua existência. Sempre intencionalmente. Em umas ou em outras mãos com fins intencionais. O modo social de produção da vida material é sempre resultante da capacidade e do grau de formação social da consciência. E de uma consciência enquanto faculdade de qualificação e constituição dos homens enquanto sujeitos da própria história. A dialética para Marx não é tão-somente a estrutura referencial de se chegar teórico-metodologicamente a uma verdade e, antes, uma concepção de constituição e de visão de mundo, de homem e de sociedade na tríade da relação homem-natureza-trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os frankfurtianos foram estabelecendo diligências à matriz do pensamento marxista de centralidade nas categorias de análise de trabalho, ideologia, do poder, alienação e luta de classes. Sob o entendimento que as minorias sociais — em suas múltiplas frentes e causas — não cabiam sob “as mesmas bandeiras” de articulação político-cultural. Assim, a Escola de Frankfurt, sugeriu e entendeu empreender um profundo movimento autorreflexivo na Teoria Social de Karl Marx. Neste movimento, não mais o conceito de situacionamento da história e a tomada da consciência de classe foram as referências conceituais basilares, mas agora, por exemplo, a cultura, a indústria cultural, a massificação do conhecimento, a arte, literatura, a diferença, a igualdade, a alteridade, a religiosidade e a (des)territorialidade foram questões lidas a partir da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Para os frankfurtianos, a racionalidade para com o entendimento de construções da realidade social devia despontar com uma perspectiva de ciência referencializada por uma razão instrumental.

Os intelectuais da Escola de Frankfurt conduziram suas obras a uma esfera crítica e reflexiva quanto ao marxismo, abordando principalmente: **a)** O desligamento da luta de classe e da ação revolucionária; **b)** A genuína liberdade individual viria com a noção de moralidades, religião, família, conceitos variados como estética, estética da sensibilidade, etc.; não por

intermédio de questões ligadas à luta de classe, mas sim a grupos sociais distintos em ações reivindicatórias singulares e emergentes; c) entendiam que o marxismo puro era pouco intelectualizado e propunham uma certa revisão a partir da discussão acerca de Ciência.

A Escola de Frankfurt, como dissidente da matriz de pensamento de Marx, inaugurou todo um estilo moderno de busca da compreensão da realidade social que fomentou, a partir de 1989, até mesmo uma pretensa nova época histórica com o rompimento com a era da modernidade. Isso sem dar conta das respostas ou das intervenções às profundas sequelas sociais da concentração de renda, da alienação e da (re)estruturação do trabalho, por exemplo.

Sequelas sociais essas que encontram-se sem superações na medida de suas demandas em função da pouca compreensão ou da recusa intencional de se entender o materialismo histórico como uma tese de que, por meio da qual, o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. Segundo Paulo Netto (2011) o materialismo dialético trata-se de um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. E, portanto, uma análise materialista histórica parte da questão de que a produção e a troca dos produtos são pilares de toda a ordem social; existente em todas as sociedades que desfilam pela história.

Nesse contexto, políticas e fundamentos de diferenças e subjetividades são importantes. Contudo, figuram no sentido de supressão de uma das mais primárias causas da negação do sujeito e/ou do outro: a concentração de renda a partir do movimento de espoliação e expropriação de condições objetivas de garantias da vida de quem, materialmente, produz. Poder-se-ia encontrar um lugar nessa expressão de luta para as causas da diferença no âmbito, inclusive, dos estudos culturais. Todavia, a condição de se pensar às questões relativas à subjetividade veio de modo desarticulador em relação à centralidade das categorias dialética, contradição, trabalho, luta de classes e de relações sociais de base para a produção da vida.

O materialismo histórico-dialético nasceu da luta em relação à superação de ciências aliadas unicamente à condição de se pensar a realidade sociais e seus condicionantes. Hoje há ciências ou as abordagens de cunho pragmático-funcional se posicionaram em relação à constituição e uso social do conhecimento em prol da satisfação imediata do Capital e do mercado em sua própria autorregulação. Então, há de se promover um outro espaço para outras ciências que não o de exercício contemplativo ou especulativo da razão por si.

Para Marx, os tempos em que vivemos, a modernidade, não é nada mais que um projeto de articulação e aprofundamento da dinâmica e da racionalidade capitalista de ordenamento político-econômico do modo de produção da vida e, nela, as classes não podem

se reconhecer enquanto meras frações de população (como desejam os estudos modernos que necessitam lidar com a base produtiva do trabalho vivo). Uma vez que população é, por si, uma mera abstração caso não se considere seu composto de classes que a compõe. Entretanto, classe, por si, enquanto termo, também não qualifica objetivamente os membros que a compõe. Não passaria de um termo comum se, sob ele — ou a partir dele — não for considerado o que dele decorre em potencialidades de elaborações da realidade social, como: a força de trabalho, o trabalho assalariado, o capital produzido em processos extenuantes de mais-valia, as trocas, a divisão social do trabalho, a alienação, o valor de uso e o valor de troca, a fetichização da mercadoria, a mercadorização da força de trabalho, a própria força de trabalho em si, o dinheiro e as teses, antíteses e sínteses que vão desde a reinvenção do modo de produção capitalista — a cada uma de suas cíclicas crises — até suas reais possibilidades de superação definitiva do modo de produção do capital. Isso tendo em vista estruturas humanizantes de geração de bens e de patrimonializações sustentáveis — econômica e socialmente viáveis — referenciadas pela garantia da qualidade de vida de trabalhadoras e trabalhadores que pensam utilmente a si em seus contextos de classe — na perspectiva dos resultados e dos processos materiais de defesa e promoção da vida — também no e do planeta —, referencializados pela centralidade do trabalho como um princípio educativo da condição humana.

Foi Marx quem inaugurou uma perspectiva de ciência com uso social do conhecimento em prol de condição de vida. Em nosso planeta, a não configuração predatória das relações homem-natureza-trabalho, nasceu pelos desafios enfrentados por Marx no plano da materialidade de se pensar o mundo para que sua transformação seja possível.

REFERENCIAS:

ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Trad. Marcus Penchel. Rio: Zahar, 1999.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (orgs.): **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**: Trad. de Galeano de Freitas,

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. (estudos latino-americano, v.12).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach). 3a edição, São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria**, do Sr. Proudhon. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl, Teses sobre Feuerbach, 11ª Tese. In. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**, vol. I, trad. Álvaro Pina, Lisboa: Edições Avante, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**, Vol. I – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Coimbra: Centelha, 1974.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POLITZER, Georges: **Princípios Elementares de Filosofia**. 9ª edição. Edições Prelo: São Paulo, 1979.

SANFELICE, José Luis. Pós-Modernidade, Globalização e Educação. IN: LOMBARDI, José Claudinei (Org). **Globalização, Pós Modernidade e Educação: história, filosofia e temas transversais**. 3ª Ed. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2009. – (Coleção educação contemporânea).